

Cabral promete diretas para 2º turno

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), comprometeu-se ontem com o plenário a apoiar emenda retirando do substitutivo da nova Constituição a eleição indireta no segundo turno para Presidente da República e Governador. Cabral manifestou esta decisão ao pedir que a Comissão garantisse, na votação de ontem, a realização de dois turnos nas eleições para Governador, mantendo o atual texto do dispositivo. Atendendo ao Relator, a Sistematização rejeitou emenda que pretendia suprimir do artigo a indicação de que se aplicam às eleições para o Executivo estadual as mesmas regras das presidenciais.

Assim, ficou decidido que as eleições para os Governos dos Estados serão realizadas em dois turnos. A eleição indireta no segundo turno dependerá da votação do artigo 87º do substitutivo, que prevê, quando Bernardo Cabral apoiará emenda do Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) propondo a sua eliminação. O Relator e seus auxiliares temiam a aprovação da emenda que desvinculava os procedimentos das duas eleições por entender que inviabilizaria os dois turnos para Governador.

— Garantimos dois turnos para Governador, pois este era o único artigo que tratava do assunto — disse Bernardo Cabral, satisfeito, após a votação.

Foto de Juan Carlos Gomez



Cabral temia resultado da votação

Acabar com a eleição indireta no segundo turno foi, inclusive, o argumento utilizado pelo Deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), para defender a emenda do Líder de seu partido, Gastone Righi, suprimindo a expressão que obriga, na realização das eleições para Governador, os mesmos procedimentos das eleições presidenciais. Segundo o Deputado, a intenção era evitar "um princípio com o qual não concorda a maioria da casa, o Governador biônico".

Na discussão que se seguiu, o Deputado Antônio Brito (PMDB-RS), o relator adjunto José Fogaça e o próprio Cabral alertaram que a aprova-

ção da emenda, embora acabasse com o Colégio Eleitoral, inviabilizaria em definitivo o sistema de dois turnos para Governador. Fogaça rebateu os argumentos — levantados até pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna — de que a expressão poderia ser suprimida e os dois turnos incluídos mais adiante. O relator adjunto disse que o momento para decidir a questão era exatamente aquele e a retirada seria irreversível, convencendo alguns constituintes que inicialmente apoiavam a emenda.

O texto de Bernardo Cabral foi mantido por 55 votos a 19, com o apoio majoritário do PMDB e contra a vontade do Líder do Governo, que votou favoravelmente à emenda de Gastone Righi.

A Comissão manteve as demais disposições do substitutivo sobre Governador de Estado, determinando que seu mandato continuará sendo de quatro anos e que as eleições se realizarão até 45 dias antes do término do mandato de seu antecessor, com a posse no dia primeiro de janeiro do ano subsequente. Além disso, foi aprovado que o Governador ou Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta perderá o mandato, ressalvada a posse em razão de concurso público.

Mais Constituinte nas páginas 9, 10 e 11.

Comissão não vota referendo

BRASÍLIA — Não conseguiu acolhida, ontem, na Comissão de Sistematização, a proposta do Vice-Líder do PMDB, Antônio Perosa (SP), de estender à iniciativa popular a apresentação de projetos de lei e de propostas de emendas à Constituição, e de estabelecer o referendo popular para leis no Estado e no município.

A emenda teve seu destaque pedido pelo Líder Eulclides Scalco e foi defendida da tribuna pelo Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), sendo contraditada pelo Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), que argumentou ser a proposta "uma forma de abdicação do sistema já adotado, o de democracia representativa". Gadelha afirmou que é preciso assumir a validade da outorga da função legislativa aos representantes eleitos.

Votaram contra a emenda o Relator Bernardo Cabral, o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, e a maioria dos constituintes do PFL.